



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 12 | Nº. 22 | Jan./Jun. 2020

**Ricardo de Moura Borges**

*Escola Estadual Pedro Evangelista Caminha – PEC  
(Geminiano – PI)*

*ricardodemouraborges@gmail.com*

## OS INDÍGENAS NA CONTEMPORANEIDADE: buscando entender alguns estereótipos no contexto Piauiense.

---

### RESUMO

O presente artigo traz uma discussão historiográfica de como os historiadores abordam o índio ao longo da história do Brasil, referindo-se ao contexto de marginalização, ocupação e desterritorialização de suas terras, em detrimento de uma visão eurocêntrica da história, que perpassa os tempos e predomina até os dias atuais, especificamente no território piauiense que é a base de nosso estudo. Procuramos evidenciar, no artigo, a presença de pensadores como Ricouer, Monsenhor Chaves, Borges, Nunes, dentre outros, para mostrar as rupturas e continuidades sobre os estereótipos relacionados aos povos indígenas, procurando desmontar a classificação de homogeneização deles e o processo de aculturação com a aproximação dos europeus. A Constituição de 1988, ao dar ênfase aos indígenas no Brasil, coloca em evidência o tratamento com os mesmos de forma mais eficaz e mostra uma ruptura com um pensamento segundo o qual os indígenas eram incapazes de entender a sociedade, apresentando uma nova visão que anteriormente não era atribuída aos mesmos.

**Palavras-chave:** Historiografia. Indígenas no Brasil. Indígenas no Piauí. Aculturação. Estereótipos.

## INDIGENOUS IN CONTEMPORARY: seeking to understand some stereotypes in the context of Piauí.

---

### ABSTRACT

This article presents a historiographical discussion of how historians approach the Indian throughout the history of Brazil, referring to the

context of marginalization, occupation and deterritorialization of their lands, to the detriment of a Eurocentric view of history, which permeates the times and predominates to the present day, specifically in the territory of Piauí, which is the basis of our study. We sought to highlight, in the article, the presence of thinkers such as Ricouer, Monsignor Chaves, Borges, Nunes, among others, to show the ruptures and continuities on the stereotypes related to indigenous peoples, seeking to dismantle their homogenization classification and the process of acculturation with the rapprochement of Europeans. The 1988 Constitution, by emphasizing indigenous peoples in Brazil, highlights how to deal with them more effectively and shows a break with a thought according to which indigenous people were incapable of understanding society, presenting a new vision that previously it was not attributed to them.

**Keywords:** Historiography. Indigenous people in Brazil. Indigenous people in Piauí. Acculturation. Stereotypes.

## Introdução

Os povos indígenas hoje estão, em grande maioria, integrados à sociedade moderna. Entender o processo pelo qual eles passaram em seu contexto histórico é um desafio para a historiografia brasileira, tendo em vista que a diversidade de povos aqui encontrados no século XV, não é mais a mesma do século XXI, pois eles mudaram seus perfis, de convivência, socialização e práticas culturais. Em muitos momentos como em datas comemorativas, a saber o 19 de abril, temos o indígena tal qual representam as imagens dos séculos da colonização, como se estes estivessem estáticos, ou seja, sem mudanças sociais. Hoje temos indígenas presentes em todos os âmbitos sociais, a saber: médicos, engenheiros, professores universitários etc.

A partir dos anos de 1960, a historiografia passa a dar uma amplitude em seus conhecimentos com relação aos povos indígenas colocando em evidência uma história problema, onde os fatos e documentos tradicionais e inquestionáveis até então geraram dúvidas sobre a sua veracidade e, em consequência, mostram evidentemente que a história por muito tempo abordou questões relacionadas às classes mais poderosas, dos grandes reis, ou seja, daqueles que queriam manipular de certa forma uma história evolutiva, dando prioridade ou mostrando que determinada sociedade deveria ser mais enaltecida por um processo de evolução constante.

Nesse sentido, os povos que não fossem detentores dessa racionalização tradicional e evolutiva deveriam apenas ser escravizados e subjugados, o que revela uma visão totalmente eurocêntrica. Como nos aponta a autora Janaína Borges, em seu livro *História Negada* (2007, p. 25), ao questionar: “Por que estudamos muito sobre os gregos como Aristóteles e os romanos, se na verdade não pensamos que aqui no litoral Piauiense já existiam povos antigos que tinham sua cultura também estabelecida e constituída”.

Com este trabalho pretendemos entender a diversidade étnica dos povos indígenas em seu processo histórico brasileiro, conhecendo e valorizando a influência indígena em nossa sociedade moderna, para entendermos nossas raízes. Compreender as relações de tempo, espaço e cultura indígena é um dos temas abordados neste trabalho, para mostrar a influência desses grupos na construção de nossa identidade. A partir de então, iremos identificar o processo de povoamento dos povos indígenas no estado do Piauí.

Dessa forma, entendemos que a história foi escrita para servir a determinados interesses, já que não existe uma neutralidade para se explicar determinado fato. O empoderamento, ou seja, dar poder para os indígenas é entender o seu lugar de fundamental importância para a construção do que é ser povo brasileiro, tendo em vista que somos, de certa forma, todos indígenas, negros ou europeus, pois somos mistura de etnias diversas que compõem uma única raça, ou seja, a raça humana.

## **Metodologia**

A presente pesquisa qualitativa configura-se como de cunho bibliográfico. A pesquisa foi feita a partir de teóricos, historiadores, filósofos, a partir de livros, artigos científicos e textos com a temática colonização dos povos indígenas no Brasil e povoamento no Piauí, como a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, evidenciando a importância e o lugar dado ao Índio. Demonstramos a importância do estudo sobre os estereótipos construídos na História do Brasil e a sua propagação com o cunho generalizante sobre os povos indígenas. As fontes serviram de base para questionar e problematizar a questão da territorialização dos povos indígenas no Brasil e no Piauí, destacando que a generalização de tais povos leva justamente a uma perda no que tange à diversidade de tribos e culturas que existiram e ainda existem em território brasileiro e piauiense. Alguns textos foram destacados com seus respectivos autores, tais como Monsenhor Chaves, Joselina Pereira Rodrigues que trazem em perspectiva a o cenário do índio no Piauí, mostrando as perspectivas de classificação desses povos nativos. Historiadores e outros pensadores mostram a necessidade de uma história problema, que garanta uma reflexão ampla sobre os povos nativos. Rigorosamente analisados os livros e textos, segundo a ótica proposta por esta pesquisa: a problematização em torno dos estereótipos presentes na contemporaneidade sobre os indígenas. Para tanto utilizamos a técnica da análise de conteúdo. O processo resultou na organização dos enunciados dos textos analisados em diferentes eixos de análise.

## **Estereótipos atribuídos aos indígenas em uma constituição histórica**

Os índios, que, até pouco tempo, eram vistos como os primeiros habitantes das terras que, posteriormente a 1500, foi chamada de Brasil, eram indivíduos basicamente ausentes na historiografia brasileira. Considerados vítimas do processo de colonização, não poderiam esperar um futuro promissor, pois à medida que os europeus adentravam o lugar daqueles povos, a tendência era que eles desaparecessem, para que os colonos

implantassem uma sociedade “civilizada”, ou se tornassem submissos aos colonizadores.

Nos últimos anos, porém, significativas transformações teórico-metodológicas, fizeram nascer novas abordagens acerca das populações nativas, dando enfoque aos povos indígenas. Contudo, muitas vezes ainda são atribuídas características preconceituosas aos povos indígenas por boa parte da sociedade, como se não houvesse possibilidades de existirem índios que vivam também nas cidades contemporâneas.

Pouco se sabe da origem desses povos, o que podemos afirmar é que existiam diversas tribos indígenas no Brasil, falando as mais variadas línguas. Grupioni (1995, p. 487), afirma que “Poucos livros mencionam a questão da origem dos povos indígenas no continente americano”. A autora Maria Regina Celestino de Almeida aborda a temática da inserção dos índios em nossa historiografia, discorrendo em linhas gerais sobre as principais mudanças do modo como os índios têm sido vistos em nossa história. Assim a trajetória indígena era compreendida, no início, como indivíduos que desempenhavam um papel secundário; grupos de pessoas que deveriam estar à disposição dos europeus para atendê-los. Eles pretendiam que os índios (nome dado pelos europeus a uma diversidade de povos encontrados no Brasil em 1500), se integrassem a uma sociedade chamada “civilizada”, ou deveriam ser extintos, caso não aceitassem a dominação europeia. Muitos historiadores afirmam que os índios eram vistos pelos colonizadores como raça inferior, desprovidos até de “alma”, ou seja, alguns viviam sob a condição de dominados pelos europeus e outros assimilavam o que era imposto por esses grupos. Como afirma Borges, (2004, p. 62), “a chegada de Cabral à terra de Santa Cruz foi marcada pelo especial encontro entre os chamados Velho e Novo Mundo. A autoproclamada civilização viu-se frente a frente com o que ela tomou por barbárie nas portas do que de imediato considerou mundo-paraíso”.

Nunes (2010, p. 87) afirma que: “Contudo, eram talvez os brasileiros, na época do descobrimento, os mais atrasados habitantes das Américas”. Alguns por vontade própria se aliavam aos colonizadores. Mas isso não incluía todos os grupos indígenas, pois havia aqueles que demonstravam rebeldia ao se depararem com aquele grupo de Europeus. Medeiros (2002, p. 42) afirma que “A resistência dos povos indígenas está presente desde o início da colonização”. Muitas vezes eram identificados na história apenas em momentos de disputa, quando guerreavam contra aqueles que eles consideram inimigos.

Muitos morreram nesse período. Esses conflitos eram bastante frequentes no início da colonização, como afirma Schwartz, (2003, p. 14): “No Brasil, durante o regime colonial, negros e índios tinham muito em comum. Os dois grupos foram escravizados, sofreram com a criação da colônia portuguesa, ocupação das terras e regime de exploração”.

Nesses conflitos, os índios que sobreviviam acabavam se tornando escravos, sendo submetidos à opressão instalada em suas vidas pelos colonos. Surgia assim a aculturação, processo este que fazia com que “deixassem de serem índios” e desaparecessem da história, como afirma Almeida (2002, p. 26), no início do texto:

Trata-se da ideia segundo a qual os índios integrados a colonização iniciaram o processo de aculturação, isto é, de mudanças culturais progressivas que os conduziam a assimilação e conseqüentemente a perda da identidade étnica. Assim, a relação de contato com a sociedade envolvente e os vários processos de mudança cultural vivenciados pelos grupos indígenas eram considerados simples relações de dominação impostas aos índios de tal forma que não lhes restava nenhuma margem de manobra, a não ser a submissão passiva a um processo de mudanças culturais que os levaria a serem assimilados e confundidos com a massa da população.

Um aspecto importante é que, segundo Cunha (1992, p. 30), antes da chegada dos portugueses, havia no Brasil cerca de “1 a 5 milhões” (um a cinco milhões) de índios. A partir da chegada dos europeus houve uma grande redução no número dos povos indígenas, pois aqueles trouxeram, além do desejo de conquista, muitas epidemias que aumentaram a taxa de mortalidade indígena.

Outro fator a ser destacado é a mentalidade eurocêntrica que coloca o europeu como detentor de um saber mais avançado e civilizatório, que até em aspectos científicos mostra uma racionalização que justificava a erradicação dos povos indígenas, considerados pelos colonizadores como seres inferiores e até como motivos de atraso do desenvolvimento do Brasil do século XIX.

Assim, nessa perspectiva, por muito tempo o pensamento antropológico defendia que os índios, ao se integrarem à colonização, se tornavam indivíduos passivos. Muitos conflitos surgiram e, dentro desses, além de muitos perderem sua vida, ficavam sem os seus costumes e identidades étnicas. Hoje, essa ideia é bastante questionada, pois historiadores, filósofos, sociólogos e antropólogos, dentre outros estudiosos, ao abordarem a historiografia indígena, levam em conta os processos de mudança pelos quais passaram e questionam a visão eurocêntrica estipulada na época.

Em meados do século XX predominou a importância de se considerar a trajetória histórica dos povos indígenas para que pudesse haver o entendimento de suas culturas,

porém alguns antropólogos afirmavam que havia perda cultural a partir dessa análise de linha histórica. Diante desse fato, as relações do contato dos povos indígenas com outros povos eram entendidas como uma relação de dominação ou submissão, na qual uma cultura se sobressaia diante da outra, revelando assim um preconceito com a cultura indígena.

Por causa do contato com outras culturas, muitos costumes e tradições dos povos indígenas perderam força e passaram a fazer parte de outras culturas, em que não tinham direito a fazer o que lhes era transmitido hereditariamente, de modo que alguns grupos foram perdendo, aos poucos, a sua identidade cultural.

No passado, um grupo significativo de historiadores caracterizava os índios como indivíduos primitivos, que possuíam uma cultura própria e que deviam ter a sua história analisada por etnógrafos. Hoje, muitos historiadores e diversos estudiosos percebem que houve, na verdade, uma troca de saberes. É considerado que os indígenas contribuíram muito para a medicina europeia ou norte-americana, ou seja, para outros povos que se diziam superiores. Como exemplo, destacamos a alta frequência com que os indígenas tomavam banho, mostrando hábitos de higiene que eram descartados pelos europeus que, motivados por suas concepções cristãs da época, compreendiam isso como o corpo sendo um sinal de pecado. Hoje esse hábito de higiene é constante entre as pessoas, pois a rotina de hábitos higiênicos faz parte da vida da maioria das pessoas. Assim, entendemos a importância de órgãos que foram criados para mostrar o lugar do indígena no Brasil, dentre os quais, destacamos o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

### **Os povos indígenas na atualidade**

Foi criado, em 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que tinha por objetivo contar uma história do Brasil que reservasse aos índios um lugar: o passado. Diante disso, esses povos passaram a ser apresentados como inimigos que precisavam ser derrotados ou como heróis que muito contribuíram para a colonização e o povoamento do Brasil. Essas concepções a respeito dos povos indígenas permaneceram por muitos anos, a ponto de muitos intelectuais brasileiros considerarem que haveria uma extinção definitiva desses povos, porém isso não aconteceu, pelo contrário, como afirma Almeida (2010, p. 18-19), “Ao invés disso, crescem e multiplicam-

se, como demonstram os últimos censos”. É o que apontam os últimos censos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).

No ano de 1991 foi introduzida a pesquisa com o quesito da cor ou raça, uma categoria para que o indígena se classificasse, esses pesquisadores chamavam essa forma de pesquisa de autoidentificação ou de autodeclaração. O censo demográfico de 2001 identificou a população indígena usando o mesmo modelo de pesquisa.

No censo de 2010, houve uma mudança na forma de investigar a realidade atual dos povos indígenas, pois neste procurava-se conhecer a qual etnia ou povo o índio pertencia e qual a língua falada, sendo realizado também um levantamento sobre o lugar onde vivem os povos indígenas: se em áreas urbanas ou rurais. Diante disso, foi declarado pelo IBGE que, no Brasil, existe uma população indígena de 0,44% da população total brasileira, eles ocupam 12,5% do território nacional e 57,7% residiam nas terras indígenas, sendo declaradas cerca de 305 etnias e 274 línguas indígenas faladas no território brasileiro.<sup>1</sup>

Por outro lado, alguns dos povos indígenas brasileiros vivem isolados e sem contato com outros povos, acreditamos que, se houvesse uma maior investigação, esses dados seriam alterados, pois é grande a quantidade de povos indígenas ainda não identificados nessas pesquisas. Mas mesmo assim, aqueles dados mostram que as antigas previsões de desaparecimento dos povos indígenas não se cumpriram. Muitos desses povos não vivem como em 1500, eles estão presentes em vários lugares e ocupam os mais variados cargos; apesar do preconceito que ainda existe em nosso país, esses povos têm os mesmos direitos dos povos “brancos”. Esses direitos são facilmente identificados a partir da Constituição Federal de 1988, como afirma Carlos Marés de Sousa Filho (1993, p. 10):

A constituição de 1988 foi, sem dúvida, um novo capítulo na história das relações entre o Estado e os povos indígenas, o conteúdo dessa relação foi revisto. A tônica de toda legislação indigenista, desde o descobrimento, é a integração, dita de modo diverso em cada época e diploma legal. ‘Se tente a sua civilização para que gozem dos bens permanentes de sociedade pacífica e doce’ (1808); ‘desperta-lhes o desejo do trato social’ (1845); ‘até sua incorporação à sociedade civilizada’ (1928); ‘integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional’ (1973). A lei brasileira sempre nos deu comandos com forma protetora, mas com forte dose de intervenção, isto é, protegia-se para integrar, com a ideia de que a integração era bem maior que oferecia ao gentio [...]. Entretanto, é somente no avançado século XX que se tem mais claro a importância da diversidade e a

<sup>1</sup> Censo do IBGE 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?id=1&idnoticia=2125&view=noticia>. Acessado em 25 de junho de 2021.

possibilidade real de entender-se o diferente sem juízo de valor. A humanidade mudou. Os conceitos de relacionamento humano mudaram, o Direito, embora sempre atrasado, se lhes persegue.

Hoje, muitos deles são advogados, professores, escritores entre outras profissões, e nem por esse fato perdem sua identidade indígena. Como afirma Almeida (2010, p. 20),

Por ora, para o argumento em questão, importa reconhecer que os movimentos indígenas da atualidade evidenciam que falar português, participar de discussões políticas, reivindicar direitos através do sistema judiciário, enfim, participar intensamente da sociedade dos brancos e aprender seus mecanismos de funcionamento não significa deixar de ser índio e sim a possibilidade de agir, sobreviver e defender seus direitos.

A discussão sobre os povos indígenas nos remete à reflexão a partir dos intelectuais que se debruçaram sobre esse tema anteriormente a nós, dando assim vivacidade e destaque aos povos indígenas. Percebemos assim escritores que refletiram através de uma perspectiva de pertencimento, mostrando uma reflexão sobre as obras históricas, o que podemos confirmar nas palavras de Nora (1993, p.20) ao indagar sobre as questões de como perceber a história a partir da análise micro, de suas especificidades contemplando o contexto:

Como não ver, nesse gosto pelo cotidiano no passado, o único meio de nos restituir a lentidão dos dias e o sabor das coisas? [...] Como não ler nessas bulas do passado que nos fornecem tantos estudos de micro-história, a vontade de igualar a história que reconstruímos à história que vivemos? Memória-espelho, dir-se-ia, se os espelhos não refletissem a própria imagem, quando ao contrário, é a diferença que procuramos aí descobrir, e no espetáculo dessa diferença, o brilhar repentino de uma identidade impossível de ser encontrada. Não mais uma gênese, mas o deciframento do que somos à luz do que não somos mais.

Diante disso, percebemos a necessidade de adentrarmos a construção do estado do Piauí, que era habitado por inúmeros povos indígenas no século XVIII, mostrando uma análise sob a perspectiva de Monsenhor Chaves<sup>2</sup> e Odilon Nunes<sup>3</sup> que colocam a

---

<sup>2</sup> Joaquim Raimundo Ferreira Chaves – Monsenhor Chaves nasceu em Campo Maior (PI) em 9.03.1913, e faleceu em Teresina, no dia 8.05.2007. Licenciado em Filosofia, foi Vigário da Matriz de Nossa Senhora do Amparo, desde 1948, vigário-geral da Arquidiocese de Teresina, reitor e professor do Seminário Sagrado Coração de Jesus, em Teresina, também foi professor e historiador. Dirigiu o jornal católico O Dominical. Foi autor de vários livros históricos, membro da Academia Piauiense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Piauiense.

<sup>3</sup> Odilon Nunes nasceu em 10.10.1899, em Amarante (PI), e faleceu na cidade de Teresina em 29.08.1989. Atividades exercidas: professor e diretor do Departamento da Educação. Foi membro do Conselho Estadual de Cultura do Piauí, do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí, da Academia Piauiense de Letras. Livros publicados: O Piauí na história (1931), Súmula de história do Piauí (1963), Pesquisas para a história do Piauí (1966), Um desafio da historiografia do Brasil (1979), etc.

diversidade de habitantes indígenas, mostrando suas peculiaridades, culturas, tradições e hábitos, quebrando de certa forma até com um estereótipo unificador que massifica os índios como todos iguais em culturas e tradições.

### **Povos indígenas no Piauí**

Os estereótipos que marcam nossas escolas e meio social qualificam os índios em uma perspectiva generalizante, como por exemplo, todos os índios usam flecha, todos os índios andam pelados, todos os índios vivem de tal forma, e, portanto, vivendo de outra forma deixam a sua essência de indígena. Uma das formas de se entender e quebrar certos estereótipos é entender a diversidade na unidade, ou seja, sendo uma classificação generalizante dada pelos europeus, os índios viviam em tribos diversas, mantendo suas peculiaridades, em seu modo de viver, como encontramos nos relatos sobre os povos indígenas no Piauí. Assim, Rodrigues (2007, p. 141) aponta para uma diversidade de povos nativos que formaram a tribo Tremembé:

Os Tremembés, esses índios viviam na região do delta do Parnaíba, eram rígidos com seus inimigos, ágeis nadadores, famosos por seus mergulhos. Furtavam as embarcações dos aventureiros e eram chamados de peixes racionais. Lutaram até o fim, para que não fossem expulsos de seu habitat natural que compreendia a região deltaica, e parte do continente. Mesmo antes da invasão dos europeus, os Tremembés já habitavam toda a região do Norte do Piauí. Eram descendentes de tribos da Amazônia que se deslocaram daquela região e povoaram quase todo o Brasil. Tremembé, que significa índios de terrenos alagados, do tupi – tirime'mbé. Os Tremembés para os Jesuítas eram classificados como tapuias, designação dada pelos tupiniquins aos indígenas inimigos. Tapúia: ta quer dizer povo e púya, livre – o povo livre, os portugueses usavam essas rivalidades dos indígenas e fizeram muitos índios tupiniquins lutarem ao seu lado contra os Tremembés, que era classificação tupinambás.

Um dos intelectuais que se debruça sobre o tema dos indígenas no Piauí, falando das tribos existentes, é o Monsenhor Chaves, que foi um dos primeiros a destacar os povos menos favorecidos na historiografia piauiense. Mostra as diversas etnias indígenas que, devido a guerras constantes, mudavam de lugar rapidamente e frisando que a documentação relativa a índios era muito escassa para um melhor estudo. Aqui percebemos que o Monsenhor vive o seu tempo, valendo-se do testemunho dos exploradores que guerrearam contra os índios.

Quando Monsenhor Chaves faz essa afirmação, está se referindo apenas a documentos escritos com validade descritiva sobre os índios no momento da conquista pelos brancos, deixando claro que “fora disso qualquer afirmação seria uma mera fantasia”, por não ter como comprovar veracidade, caso outro tipo de documento que

não fosse escrito pudesse aparecer para análise. Dessa forma o historiador remete-se não à problematização do documento em si, mas a sua veracidade em conteúdos descritivos. Segundo o historiador Monsenhor Chaves (1998, p. 127), os índios estavam distribuídos nas seguintes tribos:

Os Tremembés, exímios nadadores e valentes guerreiros, dominavam o baixo Parnaíba e seu delta. Na chapada das Mangabeiras e no alto Parnaíba assistiam os Aroaquizes, os Carapotangas. Um pouco mais abaixo, os Aroquanguiras, Copequacas, Cupicheres, Aranheses, Aitatus e Corerás. No médio Parnaíba, os Abetiras, os Beirtás, Coroás e Nongazes. Nas cabeceiras do Gurguéia ficavam os Acoroás, os Rodeleiros e os Beijudos. Na extensão deste rio, os Bocoreimas, os Corsiás e os Lanceiros. Os Anassus e os Alongazes, na Serra da Ibiapaba. Os Aryazes no riacho Sambito. Os Ubatês, Moatans, Janduins, Icós e Urirês, na Serra do Araripe. Os Araiés e Acumês nas cabeceiras do rio Piauí. Os Coaratizes e os Jaícos, no Vale do Gurguéia. Os Cupinharós, no Canindé. Os Precatizes, no Uruçuí. Os Putis na foz do Rio Poti. Os Aranhis e Crateús, nas suas cabeceiras. Os Pimenteiras, nos limites com Pernambuco. Os Gueguês, na região central do Estado.

Nessa descrição dada, percebemos a diversidade de tribos indígenas existentes no solo piauienses, mostrando que cada tribo, por seu nome, demonstra suas especificidades, costumes, maneiras de se organizar e de combater tribos vizinhas e exploradores das terras piauienses. Claro, como nos direciona Barth (2000, p.26), que devemos fugir de uma “visão simplista”, buscando compreender a diversidade cultural de cada tribo por meio de isolamento geográfico, mas que,

Em outras palavras, as distinções entre categorias étnicas não dependem da ausência de mobilidade, contato e informação, mas implicam efetivamente processos de exclusão e de incorporação, através dos quais, apesar das mudanças de participação e pertencimento ao longo das histórias de vida individuais, estas distinções são mantidas. Em segundo lugar, há relações sociais estáveis, persistentes e frequentemente vitais que não apenas atravessam essas fronteiras como também muitas vezes baseiam-se precisamente na existência de status étnicos dicotomizados.

Tendo como referência o “Alto Sertão do São Francisco”, ou seja, o estado do Piauí, que foi o último lugar a ser colonizado pelo homem branco, colocando os vales como corredor de migração de diversas populações indígenas como já destaca Monsenhor Chaves, tendo de um lado a Bacia do Rio São Francisco e, do outro, a bacia amazônica, o Piauí passa a ser lugar de transição. Fugidos da Bahia, Pernambuco e outras regiões conseguiam refúgio nas terras piauienses, migravam entre a bacia amazônica, vale do São Francisco e o vale do Parnaíba. Monsenhor Chaves (*Apud* Dias, 2010, p. 42) enfoca que

Esta configuração determinou, sem dúvida, a transformação deste vasto território num corredor de migração para as tribos selvagens, que se deslocavam da bacia do S. Francisco e do litoral nordestino para a bacia do Amazonas e vice-versa. [...] Tupis, Tapuias e Caraíbas, em guerras e contínuas migrações, pisam o solo piauiense cruzando os dois sentidos.

Destaca que a expulsão dos Jesuítas do Brasil pelo Marques de Pombal foi um fator que acelerou a perseguição dos índios no Piauí, provocando a extinção dos mesmos. Por volta de 1674, iniciaram-se as primeiras bandeiras, buscando índios rebelados no Vale do São Francisco, sendo que a bandeira de Domingo Jorge Velho e a da Casa da Torre de Dias Ávila, bandeira baiana comandada por Domingos Afonso Sertão, são as que merecem destaque na história do Piauí. Monsenhor Chaves (apud Dias, 2010, p. 41-50) destaca que o principal motivo para o adentramento dos bandeirantes nas terras piauienses foi a busca de índios que fugiram do sertão baiano.

De 1674 para diante os nossos silvícolas começaram a ser molestados por novas agressões dos brancos, que agora vinham de várias direções. Tribos rebeladas no sertão do S. Francisco trouxeram até aqui, no seu encalço, os guerreiros da Casa da Torre. [...] Perseguindo os Gueguês em retirada, é nessa hora que pisa o solo piauiense um dos capitães e companheiro de conquista de Francisco Dias de Ávila, Domingos Afonso Sertão.

Nessa descrição percebemos que o extermínio dos índios reforça a memória sobre o extermínio indígena, como aponta o filósofo Paul Ricoeur, ao frisar que: “lembrar-se é não somente acolher uma imagem do passado, como também buscá-la, “fazer” alguma coisa” (RICOEUR, 2007, p. 71). Dessa forma Monsenhor Chaves (Chaves apud Dias, 2010, p. 50) continua sua descrição sobre a forma violenta de morte dos povos indígenas:

Os selvagens foram surpreendidos em algum ponto da costa, do lado do Piauí, e facilmente desbaratados. Mas o branco civilizado enodoou a vitória com um ato repugnante de selvageria: consentiu que os índios aliados exterminassem brutalmente as criancinhas tremembés aprisionadas. É o próprio Governador, Inácio Coelho da Silva, que relata o nefando crime, em carta para o príncipe regente: “Os índios aliados, travando das criancinhas pelos pés, mataram-nas cruelmente, dando-lhes com as cabecinhas pelos troncos das árvores, e de uma maloca, de mais de 300 só escaparam 37 inocentes”.

É interessante pensarmos a identidade e memória de um povo construída a partir de outras memórias de construção da identidade. Ou seja, perceber o distanciamento dos índios em relação à nossa realidade piauiense a partir do que lemos sobre estes na historiografia, destacando que o índio é alicerce basilar do povo piauiense, mas que é

visto como alheio e dizimado. Assim, Ricoeur (2007, p.94) nos fala sobre memória e identidade.

O cerne do problema é a mobilização da memória a serviço da busca, da demanda, da reivindicação de identidade. Entre as derivações que dele resultam, conhecemos alguns sintomas inquietantes: excesso da memória, em tal região do mundo portanto, abuso de memória – insuficiência de memória, em outra, por tanto, abuso de esquecimento. Pois bem, é na problemática da identidade que se deve agora buscar a causa da fragilidade da memória assim manipulada. Essa fragilidade se acrescenta àquela propriamente cognitiva que resulta da proximidade entre imaginação e memória, e nesta encontra seu incentivo e seu adjuvante.

Assim, Cunha (1992, p. 11) tem razão ao destacar que:

Sabe-se pouco da história indígena: nem a origem, nem as cifras de população são seguras, muito menos o que realmente aconteceu. Mas progrediu-se, no entanto: hoje está mais clara, pelo menos, a extensão do que não se sabe.

Porque as narrações carregam a subjetividade daquele que escreveu, e este esteve imbuído das narrações dos documentos escritos, tidos como verdade dos fatos, e que sua construção acarreta diversas interpretações sobre os índios no Piauí e sua dizimação e não permanência. Assim, os lugares de memória formados pelos intelectuais, no caso historiadores que produzem a história para o lugar do qual se fazem parte também, é marcado por uma legitimidade dando veracidade a “verdadeiros lugares de memória”. Como nos fala Le Goff (2003, p. 467),

[...] aqueles onde se devem procurar não a sua elaboração, não a produção, mas os criadores e os denominadores da memória coletiva: Estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiências históricas ou de gerações, levadas a constituir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória.

Assim, coloca como construção histórica os fatos e acontecimentos que devem ser lembrados durante as gerações. Devido a essa análise é necessário e recorrente a outras possibilidades de entender a história do índio, buscando sempre uma problematização da história. Como consequência dos acontecimentos, fatos e narrativas ainda nos vem a problemática já levantada pelo historiador inglês do século XX, Hobsbawn (1995, p.13), ao destacar que

A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de

hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do milênio. Por esse motivo, porém, eles têm de ser mais que simples cronistas, memorialistas e compiladores.

Diante desse fato, a sugestão de ampliar o campo de investigação da historiografia indígena é algo válido para as futuras gerações, seguindo uma linha de tentar superar a questão imposta, por muito tempo, de que os índios eram seres dominados pelos europeus e que foram totalmente dizimados das terras brasileiras.

Hoje o historiador é desafiado a mudar essa interpretação, pois a presença da grande quantidade de índios em nossa sociedade é o maior exemplo de resistência desses povos. Os dados apresentados nessa análise mostram que eles não se fecharam ao novo, como muitos acreditam, sendo que ainda preservaram a sua identidade. Portanto, cabe ao historiador buscar sempre novas fontes documentais, para poder reescrever a participação indígena na formação da sociedade brasileira, pois somos descendentes desses povos.

### **Considerações finais**

A análise do presente artigo procura evidenciar a pluralidade indígena existente não apenas no período da colonização brasileira pelos europeus, mas também a sua multiplicidade de etnias existentes no período contemporâneo, mostrando que em algumas regiões houve a extinção de diversos povos indígenas. A cosmovisão dos povos indígenas tornou-se de fundamental importância para o aprimoramento de muitas ciências, como a astronomia, medicina, mostrando que o ser diferente não quer dizer ser inferior, mas apenas ver o mundo com outros olhos, sobre outra perspectiva.

O que o europeu evidenciou há tempos e foi evidenciado e respaldado pela ciência marcada pelo positivismo do século XIX, mostrando que o indígena era inferior, e até deveria ser exterminado para que houvesse progresso no Brasil, foi de certa forma modificado através da historiografia, que propõe uma história vista de baixo, colocando como centro os povos oprimidos, ressaltando os índios não como se fossem os bonzinhos da história, mas que deveriam ser estudados, entendidos e respeitados como qualquer outro ser humano.

Claro que a pretensão não é esgotar a reflexão sobre os estereótipos evidenciados sobre os indígenas, contudo tem como propósito analisar e colocar em discussão tais estereótipos, contribuindo para futuras pesquisas. Um dos fatores mais

importantes para que isso aconteça é a quebra de estereótipos, mostrando quão importante é o saber indígena para a construção de nossa sociedade, sendo que estes não estão desvinculados do nosso processo histórico, mas, até pelo processo de miscigenação e contato de culturas, temos muito das particularidades de muitos povos indígenas.

Outro fator importante é entender que as diversas tribos, por exemplo aquelas apontadas pelo Monsenhor Chaves, existentes no Piauí, não podem ser entendidas como únicas e imutáveis, que observando hoje os indígenas percebemos muitos com uso de internet em suas aldeias, sendo professores universitários e autores de Livros, como é o caso do Índio Daniel Munduruku, que é autor de mais de quarenta livros sobre filosofia indígena.

Essa percepção da história, portanto, aumenta nossa capacidade de entender que os indígenas têm um papel muito importante na construção do povo brasileiro e que o estudo sobre as diversas etnias merece destaque e aprofundamento constante.

## Referências

ALMEIDA, M Regina Celestino de. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

\_\_\_\_\_. *Os índios aldeados: histórias e identidades em construção*. **Tempo**, Rio de Janeiro, n.12, p. 51-71, 2001.

BARTH, Fredrik. **O guru iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BORGES, Jóina Freitas. **A história negada: em busca de novos caminhos**. Teresina, PI: FUNDAPI, 2004.

Censo do IBGE 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?id=1&idnoticia=2125&view=noticia>. Acessado em 25 de junho de 2021.

CHAVES, Monsenhor. **O índio no solo piauiense** IN: *Obra completa*. Teresina. Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

\_\_\_\_\_. **Obra Completa**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania** / Manuela Carneiro da Cunha. — 1a ed. — São Paulo: Claro Enigma, 2012.

\_\_\_\_\_. **Índios da história do Brasil: O velho e o novo antropologia física e história indígena.** Companhia das letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

GRUPIONI, Luís D. Benzi. *Livros didáticos e fontes de informações sobre as sociedades indígenas no Brasil.* In: Silva, Araci Lopes da; GRUPIONI, Luíz Donisete B. (Orgs.) **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 10 a 20 graus.** MEC/MARI/UNESCO, 1995.

HOBBSAWN, E.. **A Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**(trad. Marcos Santarrita). São Paulo: Cia das Letras, 1995.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** 5. ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003.

MEDEIROS. Ricardo Pinto de. **Povos indígenas do sertão nordestino no período colonial: Descobrimientos, alianças, resistências e encobrimento.** Publicação da Fundação Museu do Homem Americano, V.1, n. 2, 2002.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** Projeto História. São Paulo, n. 10, p. 14, dez. 1993.

NUNES, Odilon. **Pesquisa para a história do Piauí.** Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1965.

RICOEUR, Paul. **Memória pessoal, a memória, a história, o esquecimento.** Capinas-SP: Editora da Unicamp. 2007.

RODRIGUES, Joselina Pereira. **Geografia e História do Piauí.** 4ªed. Teresina: Halley S.A. 2007.

SCHWARTZ, Stuart B. **Tapanhuns, negros da terra e curibocas: causas comuns e confrontos entre negros e indígenas,** Editora Unicamp. 2003.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. *Tutela aos Índios: proteção ou opressão:* In: **Os direitos indígenas e a constituição.** Porto Alegre: Núcleo de Direitos INDIGENAS E Sergio Antonio Fabris, 1993.

---

**Ricardo de Moura Borges**

Professor de História no Ensino Médio na Escola Estadual Pedro Evangelista Caminha - PEC (Geminiano- PI), Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual do Vale do Acaraú - UVA-Sobral - CE (ProfSocio – 2020). Licenciado em História pela Universidade Federal do Piauí – UFPI (2016).

---